

E QUANDO A PESSOA COM DEFICIÊNCIA VIVE NA FAVELA? REFLEXÕES SOBRE A MULTIPLICIDADE DE BARREIRAS DE ACESSO AOS DIREITOS EM TERRITÓRIOS VULNERABILIZADOS

Gabriel Lima Simões – Fundação Oswaldo Cruz – biellsimoes@gmail.com

Laís Silva Mariano – Fundação Oswaldo Cruz – laissmariano@gmail.com

Ana Gilda Soares dos Santos – Fundação Oswaldo Cruz –
gilda.santos1@hotmail.com

Resumo:

Este relato de experiência aborda a invisibilização de pessoas com deficiência em favelas e periferias, agravada pela falta de acesso a direitos e pelo capacitismo, que persiste como desafio estrutural. A ausência de políticas inclusivas força essas pessoas a enfrentar obstáculos significativos, intensificados pela vulnerabilidade socioeconômica e pela visão biomédica da deficiência. O objetivo do estudo é apresentar uma experiência de escuta com pessoas com deficiência, familiares e cuidadores que residem em Nova Iguaçu e São João de Meriti, na Baixada Fluminense, região metropolitana do Rio de Janeiro. Através de rodas de conversa, uma equipe multidisciplinar tem construído conhecimento de forma compartilhada com moradores, sobre saúde, acesso a direitos, acessibilidade e inclusão em territórios de favela. A iniciativa é uma parceria entre a Coordenação de Cooperação Social da Fiocruz e organizações sociais locais, promovendo a saúde e a compreensão da deficiência como parte da diversidade humana. Os diálogos enfatizam que o sofrimento não deve ser a única via de acesso ao cuidado, e que pessoas com deficiência devem participar ativamente das decisões que afetam sua qualidade de vida. A Baixada Fluminense apresenta diferenças significativas nas vivências de seus moradores, especialmente em relação a barreiras no acesso a direitos como mobilidade urbana, saúde, assistência, cultura e moradia. Além das barreiras concretas, os resultados da experiência apontam a existência de barreiras simbólicas, compreendidas a partir de uma perspectiva interseccional. Essas opressões, alimentadas por uma estrutura política racista, patriarcal e capacitista, garantem que alguns corpos sejam vistos como dignos e inclusos, enquanto outros permanecem marginalizados. O processo de escuta nas rodas revela que a população com deficiência, muitas vezes desconhecendo seus direitos conforme a Lei Brasileira de Inclusão, sente-se desestimulada a pleiteá-los se consideram "esquecidos" pelas instâncias políticas. Apesar dessa sensação de abandono, nos relatos compartilhados se percebe que ainda há esperança na construção de uma sociedade mais justa, impulsionada pela percepção dos moradores como um corpo coletivo capaz de se mobilizar por dignidade e acessibilidade.

Palavras-chave: Pessoas com deficiência; Favela; Barreiras; Direitos.

Resumo Expandido:

A invisibilização das pessoas com deficiências na formação de conhecimento e a escassez de conteúdos sobre seus modos de viver a vida pontuam um quadro de violências, marcadas, sobretudo, pelas diferentes barreiras de acesso a direitos. No contexto de favelas e periferias essa situação é mais agravada, e essas pessoas se constituem nas mais invisíveis dentro da invisibilização política e social das famílias vulnerabilizadas residentes nesses territórios.

Mesmo com a crescente conscientização sobre a importância da inclusão e da acessibilidade, a construção de novas políticas públicas para garantia de direitos fundamentais e oportunidades equitativas para as pessoas com deficiência ainda se defronta com o enfrentamento do seu maior desafio estrutural, o capacitismo. Estas políticas abrangem desde a acessibilidade arquitetônica e de transporte até a cultura de uma educação efetivamente inclusiva e a inserção no mercado de trabalho. Além disso, promovem a conscientização da sociedade sobre as necessidades e capacidades das pessoas com deficiência, combatendo estigmas e preconceitos.

A ausência de políticas públicas verdadeiramente inclusivas força as pessoas com deficiência a enfrentarem diversas barreiras no acesso aos seus direitos. E, como o modelo biomédico dominante não considera que a deficiência é permeada por diversidades, estigmas, conflitos e desigualdades, quanto mais vulnerável for o status socioeconômico dessas pessoas, maiores serão os obstáculos para sua inclusão e participação na vida social.

O capacitismo se torna ainda mais evidente quando se cruza com outros mecanismos de opressão, especialmente em casos de desigualdades decorrentes dos sistemas de racismo, patriarcado, heteronormatividade, regionalismo e classe social. Portanto, é fundamental a construção de iniciativas dialógicas que venham a fortalecer as lutas dos movimentos sociais de pessoas com deficiência, na busca pela eliminação de barreiras capacitistas que comprometem seu protagonismo. Bem como, para construir coletivamente caminhos para redefinir o significado social dessa população e garantir seu acesso aos direitos sociais.

Assim, esse relato visa pontuar reflexões a partir de um projeto de extensão que realiza rodas de escuta com pessoas com deficiência, familiares e cuidadores que residem nos municípios de Nova Iguaçu e São João de Meriti, na região metropolitana da cidade do Rio de Janeiro, com previsão de ampliação para também abranger a Zona Oeste da capital. Por meio de rodas de conversa, uma equipe multidisciplinar

composta por pesquisadores, assistente social, psicólogas e esquizoanalistas tem realizado discussões sobre saúde, acessibilidade e inclusão das pessoas com deficiência, construindo conhecimento de forma compartilhada com essas pessoas sobre as experiências de ser ou cuidar de uma pessoa com deficiência em um território de favela.

A partir de relatos das vivências, tem-se pensado coletivamente sobre estratégias possíveis para minimizar os efeitos das barreiras sociais, políticas e arquitetônicas que caracterizam esses territórios. A troca de experiências entre as pessoas com deficiência, suas famílias e seus cuidadores têm promovido reflexões sobre como enfrentar as iniquidades que emergem e que se potencializam quando as subjetividades da deficiência se encontram com as subjetividades do viver em um território marcado pela vulnerabilidade social e pelo escasso acesso aos serviços básicos e direitos de cidadania.

O objetivo geral do projeto é reforçar a luta por acesso aos direitos em municípios da região metropolitana do Estado do Rio de Janeiro, além de enfrentar as iniquidades e minimizar os efeitos das barreiras sociais, políticas e arquitetônicas para as pessoas com deficiência e em situação de vulnerabilidade social. Realizado a partir de uma parceria da Coordenação de Cooperação Social da Fiocruz com organizações sociais das periferias de dois municípios da Baixada Fluminense (Nova Iguaçu e São João de Meriti), o projeto é voltado à visibilidade e desenvolvimento das potencialidades das pessoas com deficiência que ali sofrem com múltiplas expressões da questão social. Através do projeto, buscamos o fomento de ações de promoção de saúde que reforcem a compreensão da deficiência como característica da diversidade humana e que não pensem saúde somente pela perspectiva do tratamento de doenças.

A partir dos diálogos, enfatizamos que o sofrimento não pode ser a única porta de acesso ao cuidado e que as pessoas com deficiência e seus cuidadores devem participar ativamente das tomadas de decisões que dizem respeito a melhoria de sua qualidade de vida (Czeresnia; Freitas, 2003). A promoção da saúde é encarada como um recurso para vida (Brasil, 2002). E, para repensar as estratégias de enfrentamento às violações historicamente sofridas por pessoas com deficiência, é fundamental que elas estejam no centro dos debates sobre tudo que envolve suas vidas, suas demandas, seus desejos e anseios para o exercício de sua cidadania.

Vale ressaltar que historicamente a Baixada Fluminense foi um território desenvolvido como descarte da zona mais central do Estado do Rio, fazendo com que existam diferenças importantes nas vivências dos moradores dessas regiões. Essas diferenças dizem respeito, sobretudo, a barreiras ao gozo de direitos, tais como a impossibilidade de mobilidade urbana segura, falta de acesso pleno à saúde e à assistência, além da negação de outros fatores importantes para o exercício da vida, como espaços de cultura e lazer acessíveis, moradia adequada e segura, entre outros. Tais diferenças passam inclusive pela própria localização geográfica e construção arquitetônica desses municípios, criando barreiras de acesso concretas para as pessoas com deficiência e pessoas com dificuldade de mobilidade de modo geral.

Uma das regiões onde o projeto é realizado foi caracterizada por uma das moradoras participante do projeto como uma “bacia”, isso porque o espaço onde são feitas as rodas de conversa fica localizado em uma planície cercada por morros e ladeiras. O acesso por carros particulares e transporte público é impedido através de barricadas colocadas pelos atores armados da região, dificultando a mobilidade da população, especialmente para aqueles que moram nas partes mais altas e distantes das principais vias do bairro. Quanto a isso, é perceptível que as violações de direitos impostas às pessoas com deficiência se cruzam, pois o resultado direto da falta de segurança efetiva em territórios vulnerabilizados ocasiona também a impossibilidade de um ir e vir com dignidade e autonomia.

Compreendemos que além dessas barreiras concretas, há também as barreiras simbólicas de acesso. Partimos de uma perspectiva interseccional para compreender as opressões que perpassam as vivências dessas populações. As opressões de raça, classe, gênero e também da normatividade dos corpos, geram diferentes experiências de vida. Entretanto, para além da experiência subjetiva, é importante ressaltar que essas opressões partem de uma estrutura política que alimenta e é alimentada por um sistema racista, patriarcal e capacitista (Chaveiro, 2024).

Assim, é possível afirmar que há um projeto estruturado e estruturante que garante que, quando se pensa a criação e execução de políticas públicas, alguns corpos serão vistos como dignos (e, conseqüentemente, incluídos) e outros corpos permanecerão escanteados por políticas públicas ineficazes quanto ao objetivo de reduzir iniquidades e estigmas (Simões, 2023). A experiência de mediação dessas rodas de conversa demonstra que a população com deficiência e seus cuidadores/familiares quando não conhecem plenamente seus direitos conforme

versa a Lei Brasileira de Inclusão (Brasil, 2015), também se sentem desestimulados a pleitear e reclamar por tais direitos, uma vez que são ignorados por órgãos municipais e deslegitimados pela narrativa capacitista, que não só retira qualidade de vida dessas pessoas, como também minimiza suas potencialidades e experiências de vida em sociedade.

As rodas de conversa ocorridas no território de São João de Meriti têm sido acessadas majoritariamente por mulheres idosas, algumas acometidas por algum tipo de mobilidade reduzida, outras que são mães, avós ou vizinhas de pessoas com deficiência. Elas relatam terem encontrado um espaço de socialização nas atividades propostas pelo projeto, melhorando sua qualidade de vida, saúde física e mental, além do aprendizado coletivo que se tem construído sobre as vivências de pessoas com deficiência naquele território. Já em Nova Iguaçu, o público atendido na organização parceira local é majoritariamente infantojuvenil, o que faz com que as rodas de conversa sejam compostas por familiares e cuidadores de pessoas com deficiência. Isso deixa uma brecha para pensarmos que as demandas trazidas perpassam mais a perspectiva e entendimento do cuidador e/ou familiar, não necessariamente a experiência vivida/sentida pela criança ou adolescente que convive a sua deficiência. Todavia, foi possível articular uma roda de conversa com homens adultos com deficiência, que trouxeram para o debate as suas experiências de enfrentamento do capacitismo, seus modos singulares de lidar com a diferença e a pressão social pela incapacidade de adequação aos estereótipos do que se entende ou se espera de um homem adulto, no universo do culto aos padrões sociais corponormativos. Tais relatos apontam para uma produção coletiva de promoção de saúde que ocorre através da construção de redes de apoio comunitário.

Embora o projeto seja desenvolvido em territórios distintos, as vulnerabilidades encontradas são comuns a esses moradores, que se percebem “esquecidos” pelas instâncias que têm espaço político para minimizar essas desigualdades pontuadas anteriormente. No entanto, ainda que com a persistente sensação de descuido e abandono, é perceptível uma fagulha da esperança da construção de uma sociedade mais justa e equânime, quando os próprios moradores se percebem enquanto um corpo coletivo, que pode e deve se mobilizar a fim de trilhar uma caminhada acessível por dignidade a todos os corpos e modos de existir no mundo. Para territórios vulnerabilizados, a coletividade sempre foi uma das estratégias de sobrevivência.

Nesses territórios, apesar de estar sendo construída uma rede comunitária importante, a ausência de políticas públicas se faz evidente. Por mais que a promoção de saúde deva extravasar os serviços formais, eles ainda são necessários para garantir o direito à cidadania.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. Lei 13.146, de 6 de julho de 2015. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência**. Brasília, 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm>. Acesso em: 09 de agosto de 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. **Projeto Promoção da Saúde. As Cartas da Promoção da Saúde** / Ministério da Saúde, Secretaria de Políticas de Saúde, Projeto Promoção da Saúde – Brasília: Ministério da Saúde, 2002.

CHAVEIRO, M. M. R. S. **Interseccionalidade e pensamento contracolonial: reflexões para inclusão de pessoas com deficiência**. Dourados: Videres, v. 16, n. 35, jul.-dez., 2024.

CZERESNIA, D; FREITAS C. M, organizadores. **O conceito de saúde e a diferença entre prevenção e promoção. Promoção da saúde: conceitos, reflexões, tendências**. Rio de Janeiro: Fiocruz; 2003. p. 39-53.

SIMÕES, G. L. **O capacitismo como mecanismo de escanteamento dos corpos ditos anormais**. In.: COSTA, Laís Silveira (Org.) et al. Itinerário de reflexões e práticas de acessibilidade e inclusão: a potência do Fórum Interinstitucional. Rio de Janeiro: IdeiaSUS/ENSP/Fiocruz, 2023. 496 p.

Eixo temático prioritário: Eixo 6 - Vida Digna e Boa na Cidade: acesso, acessibilidade e enfrentamento de barreiras e das expressões do capacitismo no mundo atual.

Eixo temático secundário: Eixo 8 - Deficiência: expressões históricas, Identidades, subjetividades, histórias de vida e narrativas de si.